



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 45/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 27 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I PARTE

1. Audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças, para debate sobre as medidas adoptadas pela União Europeia relativamente a coordenação das políticas económicas, designadamente, sobre a criação do "Semestre Europeu", sobre o pacote legislativo apresentado pela Comissão Europeia e sobre o Relatório do Grupo de Missão para a Governação Económica;

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Vitalino Canas (PS), inaugurou a reunião, dando as boas-vindas ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças e procedendo ao enquadramento que fundamentou a convocação do Sr. Ministro para reunir com a CAE. Recordou que a Comissão tinha já debatido dois Projectos de Resolução nºs 179/XI (BE) – “Recomenda ao Governo que recuse o visto prévio da União Europeia sobre os Orçamentos de Estado Nacionais” e 263/XI (PCP) sobre a “fiscalização prévia” à elaboração do Orçamento do Estado, recomenda ao Governo que rejeite as propostas para a instauração do designado processo “semestre europeu”, constitutivas de procedimentos que colidem frontalmente com princípios constitucionais que conferem atribuições e competências inalienáveis à Assembleia da República, assim como recordou o debate ocorrido sobre esta matéria, no dia 21 de Setembro, com o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em sede de CAE. E considerou que a Assembleia da República (AR) não devia ver as suas competências lesadas com o aprofundamento da União Europeia (UE) e que, em matérias desta relevância, os Parlamentos nacionais deveriam ser consultados, sobretudo, no caso da AR que tem competências específicas em matéria orçamental. Concluiu, informando que tal

interpretação era unanimemente assumida por todos os grupos parlamentares com assento na Comissão. De seguida deu a palavra ao Sr. Ministro para uma intervenção inicial.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, apresentou o representante do Governo no comité económico e financeiro e no grupo de trabalho técnico que apoiou o trabalho do Grupo de Missão criado pelo Presidente do Conselho Europeu, Prof. Álvaro Aguiar. Recordou o momento de instabilidade que o país atravessava, com consequências nas finanças públicas e na necessária adopção de esforços eficazes e de reformas estruturais, sobretudo com prioridade o estímulo da actividade económica. Nomeou o vasto pacote de medidas adoptado pelo Governo e pela UE para o combate à crise económica e financeira e, nessa sequência, a criação do "semestre europeu" para a coordenação das políticas económicas dos Estados-membros, através de um calendário concertado e transparente da definição dos orçamentos nacionais e dos programas nacionais de reformas.

Em seguida, intervieram os Srs. Deputados Carlos Costa Neves (PSD), Honório Novo (PCP), Cecília Honório (BE), Eduardo Cabrita (PS) e Pedro Brandão Rodrigues (CDS/PP), que sublinharam a necessidade do Governo consultar a AR, em tempo útil, sobre matérias desta importância, uma vez que, constitucionalmente, o Governo partilhava com o Parlamento uma responsabilidade orçamental, considerando-se que a AR foi privada e excluída de informação relevante nos últimos sete meses, desde que o Grupo de Missão fora criado; foi citada a Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, nomeadamente os dois primeiros números do artigo 2.º, sobre o dever de informação e de solicitação de Parecer à AR por parte do Governo em matéria reservada da AR antes de formar a posição nacional a apresentar nas instituições europeias; foi frisado o facto de, ao longo dos últimos meses, terem sido tomadas várias decisões de importante alcance sem que o Parlamento tivesse sido informado e envolvido; foi colocada a questão de saber a posição do Governo quanto às sanções (pecuniárias e políticas) em debate na UE relativamente aos Estados incumpridores, assim como por que razão Portugal não constava da lista dos contributos, anexa ao relatório do Grupo de Missão que propõe, entre muitas outras medidas, o "semestre europeu".

O Sr. Ministro respondeu ao conjunto das apreciações e questões colocadas, afirmando que a prioridade das instituições europeias se centrou na protecção do euro e no estímulo ao crescimento da economia europeia, através da criação de mecanismos de partilha de riscos, evitando que um Estado-membro pudesse colocar em causa toda a zona euro. Considerou não se tratar de matéria que desrespeitasse o constitucionalmente previsto, afirmando que o principal condicionamento advinha de Portugal ser parte integrante do euro, o que correspondia simultaneamente a uma vantagem e a uma responsabilidade. Sobre as sanções, considerou tratarem-se de medidas sobretudo preventivas e dissuasoras, como incentivo à disciplina orçamental, e de aplicação semi-automática, revelando, contudo, que Portugal expressara reservas que, no entanto, foram vencidas pelo consenso criado em sede de Grupo de Missão. Por fim, em relação à questão dos desequilíbrios macroeconómicos e ao *scoreboard*, referiu que se a questão se encontrava ainda em fase de debate.

Numa segunda ronda de questões, intervieram os Senhores Deputados João Galamba (PS), José Gusmão (BE), Luís Rodrigues (PSD) e Honório Novo (PCP), que questionaram as medidas adoptadas ao nível europeu, insistiram na questão das sanções e no facto do Governo não ter informado a AR enquanto negociava as medidas que foram apresentadas no relatório do referido Grupo de Missão; foi ainda colocada a questão do condicionamento externo do processo de elaboração e aprovação do Orçamento do Estado com a proposta de calendarização no âmbito do "semestre europeu"; e, por fim, voltou-se a questionar a razão pela qual o Governo não apresentou por escrito as reservas que foram referidas pelo Sr. Ministro no supramencionado anexo do relatório do Grupo de Missão onde constam 17 contributos de outros Estados-membros.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças respondeu, referindo que se optara por expressar as reservas aquando dos debates e não por escrito no referido anexo; defendeu a capacidade de reacção à crise por parte das instituições europeias, que evitou o colapso do sistema financeiro europeu, e do euro que, apesar de tudo, como jovem moeda, se conseguira afirmar como uma moeda internacional de referência que resistiu à crise. Por fim, considerou que as matérias em apreço não eram da reserva da AR, mas da competência do Governo nas suas relações com as instituições europeias.

## II PARTE

2. Apreciação e votação do Parecer da CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativo ao Relatório da 11ª Comissão sobre a COM

(2010) 462 - Proposta de Decisão do parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Ano Europeu do Envelhecimento Activo (2012);

O Sr. Presidente da CAE, Vitalino Canas (PS), deu início a esta parte da reunião, dando a palavra ao Sr. Deputado autor do Parecer.

O Sr. Deputado Manuel Seabra (PS) apresentou o seu Parecer relativo ao Relatório referido em epígrafe.

O Sr. Presidente registou a aprovação do Parecer, por unanimidade, na presença do PS e PSD.

3. Apreciação e votação do Parecer da CAE relativo a Proposta de Lei n.º 42/XI - Orçamento do Estado para 2011;

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) agradeceu a colaboração da Assessora do seu grupo parlamentar, Dra. Conceição Castro, na elaboração do Relatório, procedendo à sua apresentação. Evidenciou o considerável corte no orçamento do MNE, com consequências para o funcionamento das várias estruturas asseguradas por aquele Ministério, nomeadamente, o Instituto Camões, considerando tratar-se de uma vicissitude de um mau orçamento. No entanto, reservou a posição política para o debate e apreciação em sede de plenário.

O Sr. Presidente registou a aprovação do Parecer, por unanimidade, na presença do PS e PSD.

4. Apreciação e votação da Redacção Final da Resolução da Assembleia da República: "Relatório final do Grupo de Missão sobre a Governação Económica";

O Sr. Presidente colocou à votação a redacção final da Resolução referida em epígrafe, registando a sua aprovação, por unanimidade, na presença do PS e PSD.

5. Apreciação e votação da Acta n.º 44 de 20 de Outubro de 2010.

O Sr. Presidente colocou à votação a Acta n.º 44, registando a sua aprovação, por unanimidade, na presença do PS e PSD.

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 Novembro 2010.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Arménio Santos  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cecília Honório  
Honório Novo  
José Ferreira Gomes  
José Ribeiro  
Luís Rodrigues  
Manuel Seabra  
Paulo Pisco  
Pedro Brandão Rodrigues  
Vitalino Canas  
António José Seguro  
João Paulo Pedrosa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
Luísa Roseira  
Miguel Vale Almeida  
Pedro Duarte  
Vânia Jesus